

Entrevista

Giuseppe Marcocci

POR LETÍCIA DOS SANTOS FERREIRA & YLLAN DE MATTOS

No ano passado, nosso entrevistado, o historiador italiano Giuseppe Marcocci, esteve na Universidade Federal Fluminense integrando a comissão organizadora do colóquio internacional *Maquiavel dissimulado* e reforçando o diálogo entre as historiografias brasileira e italiana. Marcocci, com apenas 33 anos, já tornou-se referência importante em nossos estudos, sobretudo naqueles acerca da Inquisição. Contudo, seu interesse pela história portuguesa na Época Moderna o faz expandir seu campo de investigação, debruçando-se sobre a diversidade política, cultural e religiosa de todo o império português, com especial atenção às relações entre a política, a cultura e a religião. Não à toa, acaba de ser traduzido em Portugal seu mais recente livro: *A consciência de um império*, publicado pela editora da Universidade de Coimbra. Nesta entrevista concedida a *7 Mares* em 30 de agosto de 2012, o historiador fala de sua trajetória acadêmica, suas experiências de pesquisa e da Inquisição portuguesa. Ademais, mostra seu conhecimento sobre temas centrais da nossa produção historiográfica. Uma leitura saborosa e provocativa.

7 Mares: além das necessárias pesquisas nos arquivos portugueses, o senhor esteve no ano passado vinculado à Universidade de Lisboa, e esta não foi a primeira vez. A partir disso, como o senhor poderia definir sua trajetória acadêmica e intelectual face às historiografias italiana e portuguesa?

Giuseppe Marcocci: Meus primeiros passos nos arquivos e bibliotecas portuguesas remontam ao ano de 2000. Desde então, vinculei-me a vários departamentos e centros de investigação da Universidade Nova de Lisboa, da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa, onde lecionei um breve curso sobre a Inquisição e os cristãos novos em 2006, e onde fui bolsista, no ambiente especial do Instituto de Ciências Sociais, no ano passado. Durante estas experiências, tive muitos encontros, aprendendo muito e criando ligações que originaram não só colaborações, mas também amizades. Cheguei ao ponto em que considerava Lisboa minha segunda casa. Todavia, não tenho dúvida que minha formação como historiador foi, antes de tudo, italiana. As questões historiográficas e os métodos de investigação entre os quais cresci eram centrais no panorama acadêmico do meu país nos anos 90 do século passado: o problema do Estado moderno, a confessionalização, a relação entre essas perspectivas amplas e a micro-história. O encontro com Adriano Prosperi, em 1998, como seu aluno no curso de História Moderna, na Universidade

de Pisa, foi decisivo. Ele estava no centro daqueles debates, como mostra seu livro *Tribunali della coscienza* (1996). De Prosperi aprendi a importância do que eu chamaria uma “erudição aberta”, feita de um conhecimento de primeira mão sobre as fontes, da análise dos textos em língua original (antes de tudo o latim), mas também de curiosidade, de leitura de livros de todos os gêneros, não limitados à História, ou ainda pior, fora dos meus interesses específicos; em suma, uma atitude nada dogmática, que não cristaliza o saber em escolas e interpretações, mas considera-as antes uma realidade em movimento contínuo, como um conjunto de perguntas e respostas sempre experimentais e provisórias. Admito que às vezes sentia-me um pouco perdido, desorientado, mas hoje consigo ver bem as sementes que ele plantou e espero tê-las cultivado bem. Outro grande mérito de Prosperi foi ter-me estimulado a novos âmbitos de estudo e a lidar com autores estrangeiros. Por esta via cheguei à História de Portugal, antes de tudo pelas poucas obras então existentes traduzidas para o italiano, como as de Antônio Manuel Hespanha, sobre a História do Direito, e de Yosef Hayim Yerushalmi, sobre os cristãos-novos. Além disso, tinha a sorte de ter à mão as bibliotecas dos Departamentos de Filologia Românica e de Estudos Ibéricos da Universidade de Pisa, que possuem os clássicos da historiografia portuguesa. Portanto, quando comecei a visitar com regularidade Portugal, já tinha alguma ideia sobre sua tradição de estudos acerca do seu passado, inclusive o colonial, que depois fui aprofundando, ou alterando, graças ao contato cada vez mais intenso com colegas, entre os quais destaco José Pedro Paiva e Ângela Barreto Xavier. De fato, salvo uma ou outra exceção, não há muitas relações diretas entre as historiografias portuguesa e italiana. Por isso, acabei por ser, sem querer, um mediador, um *in-between*, mas com uma diferença: se para os historiadores portugueses sou um colega que pode trazer uma abordagem nova, “italiana”, sobre questões e episódios mais ou menos conhecidos, na Itália sinto-me ainda um divulgador, alguém que desperta interesse, principalmente, por difundir uma história importante, mas quase ignorada, como a de Portugal e seu império, geralmente vista como algo exótico. Aliás, este último aspecto é um problema recorrente, sobretudo quando uma historiografia permanece presa em sua perspectiva nacional. Hoje o verdadeiro desafio, na Europa, é sair desta perspectiva, e dos riscos de provincialismo que ela implica.

7M: uma questão que aflige os pós-graduandos em história é a tensão entre a qualificação e o mercado de trabalho. Recentemente, o senhor ingressou na Università degli Studi della Tuscia, finalizando uma experiência de aproximadamente cinco anos na Scuola Normale Superiore, de Pisa. Gostaríamos de ouvi-lo acerca das perspectivas do mercado de trabalho do historiador na Europa, considerando as recentes transformações provocadas pela crise econômica, que para alguns analistas teve início antes mesmo de 2008.

GM: Estou muito sensível a esta questão, como muitos historiadores europeus da minha geração. Sem dúvida, a crise agravou as coisas, mas em vários países, como Itália, Portugal, Espanha e, parcialmente, França, o problema da falta de lugares nas universidades e nos centros de investigação, e do quase inexistente *turnover* já era evidente bem antes. Os motivos são vários, naturalmente, mas a insistência nas dificuldades econômicas pode ser enganadora, porque, a meu ver, o problema é também cultural. Qual é hoje o lugar da História, e em geral das Humanidades, nos países europeus? A sua inegável perda de centralidade ao longo do século XX acelerou-se dramaticamente a partir dos finais dos anos 70, sem que os historiadores, entretanto, tenham procurado algum remédio, ou aceitado o desafio de refletir seriamente sobre o sentido da História nas sociedades contemporâneas. O extraordinário desenvolvimento tecnológico do nosso tempo - ou melhor, a retórica que o circunda - não facilita as coisas. Antes, cria ilusões perigosas. Na Itália, no último decênio, enquanto o número de matriculados nos cursos de História diminuía, e com ele o dos concursos para recrutar novos docentes e investigadores, as

universidades abriram inúmeras licenciaturas em Ciência da Comunicação, Sociologia, Artes Visuais etc. Isso foi apresentado como uma “modernização” e uma adaptação da academia às novas exigências da sociedade, mas o resultado final foi a criação de um contingente de desempregados ainda maior que nas tradicionais faculdades de Letras. Com este exemplo, não quero defender o fato que uma licenciatura em História ofereça mais oportunidades de trabalho, mas evidenciar como frequentemente o problema é de escolhas e prioridades, não só de cortes e restrições do orçamento. Pensamos viver numa época dominada pelo pragmatismo, mas de fato não é assim. Também a avaliação dos projetos de investigação é prova disso: para que uma candidatura para a área de História seja financiada, na Itália, é imprescindível que um projeto tenha uma forte base de informática, mas realmente uma base de dados é sempre necessária para fazer pesquisas excelentes? Se os historiadores não agendarem uma batalha cultural para elaborar uma História para o século XXI, seu destino será ficarem cada vez mais isolados, como vítimas de esquemas e modelos de trabalho alheios, perdendo importância e lugares na universidade. Não adianta queixar-se. Sei que a tarefa é enorme, mas é a única resposta possível ao processo de marginalização em curso. É preciso, antes de tudo, libertar a História do predomínio da visão econômica e da lógica do mercado, que já domina as universidades na Europa, para reafirmar o seu valor civil: nas sociedades contemporâneas, o conhecimento do passado é um patrimônio comum que deve ser defendido como se faz hoje com a água pública, ou com o meio ambiente. Contudo, os Estados, sobretudo a União Europeia, que poderiam ser a garantia dessa transformação, são os primeiros a obstaculizá-la. Neste quadro, não surpreende que os lugares de trabalho para os historiadores estejam em constante diminuição e as universidades voltem a encerrar-se no localismo. Assim, num sistema continental que, teoricamente, pretende favorecer a circulação não só dos produtos, mas também dos trabalhadores, há o paradoxo de uma nacionalização cada vez mais forte dos corpos acadêmicos: o número de países onde é impossível encontrar trabalho para um historiador estrangeiro aumenta, em vez de diminuir. Também aqueles que tradicionalmente atraíam investigadores capazes, sendo exemplo para o resto da Europa, como França e sobretudo o Reino Unido (são exceções parciais a EHESS de Paris e as maiores universidades britânicas), apresentam hoje lógicas de seleção mais rígidas e fechadas – fatores que indicam uma dificuldade geral e o incremento de relações clientelares que procuram tutelar a carreira dos jovens historiadores locais.

7M: entre os autores italianos que já são verdadeiros lugares comuns para os estudantes brasileiros de história, estão Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Adriano Prosperi. Como sua perspectiva historiográfica se aproxima ou distancia-se destes historiadores? E quais as relações mais profícuas entre as historiografias italiana e brasileira?

GM: Nunca pensei em comparar a minha modesta perspectiva historiográfica às de verdadeiros mestres como Ginzburg, Levi e Prosperi, ainda mais tendo relações pessoais que me marcaram bastante com dois deles, Ginzburg e Prosperi, por ter sido aluno de ambos na Scuola Normale Superiore, de Pisa, durante o curso de doutorado. A micro-história atraiu-me sempre e até inspirou-me em algumas pesquisas, como no caso dos casamentos homossexuais na Roma quinhentista, lembrado por Montaigne no seu *Journal du voyage en Italie*, sobre o qual escrevi um artigo publicado em “Quaderni storici”, a revista italiana da micro-história. Todavia, nunca me incluí nas fileiras desta tendência. Ao lado da inteligência genial e do conhecimento enciclopédico, o que mais me espanta em Ginzburg é a capacidade de pensar por ligações concretas, nunca deixando uma hipótese aberta, por mínima que seja. A sua lição para mim foi, sobretudo, a do rigor científico (e do cuidado pela escrita), mas tenho um interesse por tópicos bastante diferentes, sobretudo de escala distinta. A leitura do seu último livro, traduzido no Brasil com o título de

O fio e os rastros (2007), foi muito importante no âmbito de investigação em que recentemente me tenho inserido – a relação entre o falso e a História –, mas enquanto Ginzburg reflete sobre a distinção entre História e Literatura em resposta às teses da teoria literária contemporânea, eu estou à procura dos múltiplos usos do falso na historiografia renascentista. Por ser mais sensível à micro-história de perfil cultural e antropológico, sinto-me mais próximo a Ginzburg que a Giovanni Levi, ou a Edoardo Grendi, outro historiador de referência, ao se falar da vertente social e econômica da micro-história italiana. Isso não implica que eu descuide do que eles nos ensinaram sobre a análise do poder no Antigo Regime. E há discípulos deles cujos trabalhos são fonte de inspiração para mim. Penso, em primeiro lugar, em Francesca Trivellato, hoje professora em Yale, em seu livro *The familiarity of strangers* (2009), magistral estudo sobre a gênese do mercado na Idade Moderna a partir da diáspora sefardita e do comércio transcultural, e em suas reflexões recentes sobre a relação entre a micro-história e a história global. Outro nome que me ocorre é o de Angelo Torre, que no seu estudo *Luoghi* (2011) demonstrou a “localidade” na Itália norte-ocidental entre o século XVI e a época contemporânea como um dado construído, um produto, resultado de escolhas, opções, tensões, sentimentos etc. – há quem fale de um “spatial turn” na historiografia atual, e este livro mostra bem a natureza negociada do espaço, aspecto que me interessa especialmente em conexão com a mobilidade das identidades religiosas. Finalmente, com Adriano Proserpi há uma relação profunda de discípulo e mestre, minha proximidade em relação a sua historiografia é evidente a partir de alguns âmbitos de investigação derivados diretamente dele, como o estudo da Inquisição como poder e instituição, sem nunca esquecer os perseguidos, a história das missões como via para perscrutar os encontros e choques de culturas, o interesse pela teologia e pela tratadística política e jurídica, vistas não como fontes para a história intelectual, mas como corpo vivo das tensões de uma época. Proserpi ensinou-me a encarar temas historiográficos de grande alcance, tentando sempre ir à caça onde se sente “o cheiro da carne humana”, como o ogro da fábula de Marc Bloch. Quando passei a estudar a história dos impérios, procurei manter-me fiel a esta lição.

Quanto às relações entre as historiografias brasileira e italiana, poderá haver um desenvolvimento importante nos próximos anos, sobretudo se os historiadores italianos abrirem-se mais à produção extra-europeia. Minha impressão é que o setor principal no qual circulam alguns trabalhos de autores brasileiros na Itália é a história religiosa. Destacam-se a obra de Anita Novinsky sobre a Inquisição e os cristãos novos, os estudos de Laura de Mello e Souza sobre feitiçaria e bruxaria, e a recente produção sobre missões jesuíticas (particularmente os livros de Adone Agnolin e Carlos Zeron). O ativismo e a expansão de interesses, hoje visíveis na historiografia brasileira, não por acaso são acompanhados de um dos mercados editoriais onde mais se traduzem livros de autores italianos. Esse ambiente propicia que nos anos vindouros aumentem, entre os colegas do meu país, as referências a trabalhos escritos no Brasil, bem como que cresça o número de pesquisadores brasileiros que estudem história italiana. Disso há precedentes ilustres, como o artigo que Sérgio Buarque de Holanda dedicou, em 1957, aos projetos toscanos de colonização e comércio no Brasil entre os séculos XVI e XVII; tampouco pode-se esquecer a atenção que a cultura brasileira dedicou, a partir dos anos 60, à obra de Antonio Gramsci, o autor que, reconhecidamente ou não, mais marcou a historiografia italiana na segunda metade do século passado.

7M: Uma famosa frase do historiador Marc Bloch diz que a “comparação é a varinha de condão da História”. Esta tem sido a orientação de muitos dos recentes trabalhos acerca dos impérios da Época Moderna. Contudo, a historiografia de língua inglesa – como os trabalhos de John Elliott e Anthony Pagden, apenas para citar duas referências – tem negligenciado o império português. Há como comparar estes impérios em expansão, ou suas histórias são tão específicas que um estudo comparativo correria o risco de tornar-se generalizante demais?

GM: Sem dúvida, há como comparar. O verdadeiro problema é que, embora alguns trabalhos por vezes sugiram o contrário, uma séria comparação pressupõe um aprofundado conhecimento da história dos objetos comparados. Isso não quer dizer necessariamente um conhecimento completo, um objetivo difícil já no caso de um só império, mas sim um alto nível de aproximação. *Empires of the Atlantic World* (2006) de Elliott é o resultado das leituras e conversas sobre o império britânico que o acompanharam na sua vida de estudioso do mundo espanhol. A exclusão do caso português, neste livro como em outras tentativas de história imperial comparada de língua inglesa (já não é assim na produção em francês), deve-se, antes de tudo, à ignorância da sua história, o que não se explica, porém, pela falta de trabalhos em inglês, que já antes de Charles R. Boxer eram abundantes. O único tópico sobre o qual não havia análise talvez fosse a ideologia imperial portuguesa, sobre a qual agora se iniciam os estudos com mais atenção, o que justifica, ao menos em parte, o silêncio no livro de Pagden, *Lords of all the World* (1995). Todavia, isso não tira o paradoxo da ausência do império português nesta historiografia, porque se tratou do primeiro sistema europeu com características de moderno império ultramarino, observadas, comentadas e, às vezes, retomadas, em parte ou inteiramente, pelas potências rivais, um ponto sobre o qual já chamava a atenção Peter Russell em artigo publicado em 1992. A história portuguesa sofre de alguma assimilação à espanhola no mundo anglo-saxônico, o que é tendencialmente nocivo, mas poderia servir também como um estímulo para tentar fazer, entretanto, uma história comparada dos impérios ibéricos – aparentemente o caminho mais fácil, mas na prática nunca realmente percorrido, salvo em parte no caso do livro de Lyle McAlister, *Spain and Portugal in the New World* (1984). Contudo, hoje um livro deste gênero arrisca-se a ser velho já antes de sair do prelo, se concordarmos com um artigo de Sanjay Subrahmanyam publicado em 2007, no qual defende a ideia de uma relação recíproca de contínua transmissão, entre os impérios da Idade Moderna, de modelos institucionais, administrativos e econômicos, mas também culturais e ideológicos. Ao propor a hipótese de uma história conectada dos impérios, analisando-os não como unidades fixas e separadas, mas como corpos móveis que mutuamente se reconhecem, Subrahmanyam insistiu no caso dos impérios espanhol e português. Se conduzimos com rigor e atenção as ligações concretas, não vejo o perigo de generalização, antes há a possibilidade de uma reconstrução mais fiel à realidade histórica, que as rígidas barreiras do estudo separado dos impérios muitas vezes não permitem fazer. Pessoalmente, tentarei construir esta proposta historiográfica num ciclo de seminários que apresentarei na EHESS, a convite de Serge Gruzinski, em maio de 2013.

7M: Seus estudos sobre a Inquisição portuguesa são hoje leitura obrigatória para quem quiser se aventurar nesta seara. Eles, inclusive, colocam em xeque algumas “verdades” outrora consolidadas sobre esta temática. Gostaríamos que o senhor retomasse alguns pontos de discordância de *I custodi dell’ortodossia* com a obra clássica de Alexandreerculano (*História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*).

GM: Meu livro não foi pensado para discordar da *História* de Herculano. O que realmente queria fazer era rever a tendência, dominante na época, de um estudo da Inquisição como estrutura monolítica, quase igual a si mesma ao longo do tempo. Minha intenção principal era compreender como o Tribunal implantou-se em Portugal, quais relações estabeleceu com os poderes que já velavam pela heresia e como legitimou sua ação num espaço jurisdicional que tradicionalmente pertencia à Igreja (bispos e superiores das ordens religiosas). Isso significava estudar não só as formas de colaboração, mas também como se realizaram, e quem se opôs a elas. De certo ponto de vista, esta abordagem rejeita a ideia que tudo se definira no período da fundação do Santo Ofício, como pode deixar entender uma leitura superficial da obra de Herculano, que influenciou longamente sua recepção, impedindo, de fato, a composição de uma história geral da Inquisição

portuguesa. De todo modo, com base nos estudos italianos sobre a Inquisição romana vista como um poder eclesiástico complexo, integrado no delicado sistema da justiça religiosa da Idade Moderna, meu livro procurava seguir um caminho diferente dos trabalhos fundamentais de Francisco Bethencourt e José Pedro Paiva, que me pareciam concentrados demais na individuação de paradigmas interpretativos uniformes, do modelo institucional e do padrão de funcionamento. Ao contrário, o que eu queria descobrir era a história viva, os homens, as incertezas, os choques e os compromissos com os quais o temido Tribunal deparou-se ao longo do seu caminho. Minha operação foi logo interpretada como a representação errônea de uma Inquisição contestada e cheia de inimigos na Igreja portuguesa, sobretudo no episcopado, o que não corresponde ao que defendi no livro. Surgiu um franco debate, sobretudo com Paiva, no qual se expressaram também outras vozes importantes, entre as quais as de Bruno Feitler e Evergton Sales Souza, para citar dois excelentes colegas brasileiros. No entanto, minha crítica à obra de Herculano chegou à maturidade num artigo que propõe um novo olhar sobre a origem da Inquisição em Portugal, publicado na *Lusitania sacra* em 2011. Em síntese, nele procuro mostrar como a representação quase teatral fornecida por Herculano mistura reconstruções documentadas com uma ênfase inaceitável, hoje, sobre a psicologia de D. João III, acabando por reduzir a fundação do Santo Ofício a um ato de fanatismo cego e intolerância, difícil de explicar com os instrumentos do historiador. Pelo contrário, por detrás da escolha da corte e da sua atividade diplomática em Roma, houve um grupo de religiosos, com determinada visão teológica e formação comum, que apoiou as fortes pressões da coroa e da Inquisição espanhola, visando castigar os judaizantes fugidos de Castela para Portugal. A hegemonia daqueles “teólogos da corte” imprimiu uma virada decisiva, destinada a deixar uma marca profunda na vida cultural e religiosa portuguesa, não apenas pelo estabelecimento do Santo Ofício.

7M: Há, de certa forma, uma virada nos estudos inquisitoriais. Desde a década de 1960 até o fim dos anos 1990, as pesquisas centravam fôlego nos perseguidos e em suas práticas cotidianas, sexuais e religiosas. Há cerca de pouco mais de uma década houve uma maior atenção às engrenagens e personagens que moviam a máquina inquisitorial. Como o senhor percebe essas mudanças?

GM: A virada existe, mas nunca foi completa, nem igual em todo o lado. Os estudos sobre a Inquisição portuguesa têm cronologia diversa daqueles sobre a espanhola, e o mesmo se passa no caso do Santo Ofício romano, que atuava na Itália centro-setentrional. Na realidade, a tendência para a análise da instituição (normas, estruturas e personagens) convive desde sempre com o estudo das vítimas. Isso remonta às primeiras histórias das inquisições, escritas quando o Tribunal ainda era ativo, ora pelos seus críticos, que se inclinavam à celebração dos mártires do Santo Ofício, ora pelos partidários, propensos a uma descrição aparentemente neutra e asséptica da máquina, apresentando assim a sua atuação conforme as regras e o direito daquele tempo. Se repararmos, os estudos de António Baião sobre o funcionamento da Inquisição portuguesa e o clássico livro de João Lúcio de Azevedo sobre os cristãos-novos são mais ou menos coevos. O que se passa é que, quando, por razões históricas, há muita ênfase sobre um destes dois aspectos, o retorno ao outro acaba parecendo uma “descoberta” ou virada - e não se pode negar que, em determinadas conjunturas, seja efetivamente assim. No caso italiano, os primeiros artigos de John Tedeschi sobre os inquisidores, sua cultura e o sistema normativo a que respondiam, apareceram como uma novidade nos anos 70, também porque se afastavam da tendência para o estudo dos hereges que se prolongava desde a publicação da obra *Eretici italiani del Cinquecento* (1939) de Delio Cantimori. Nos anos 80 e 90, a maioria dos trabalhos talvez se tenha concentrado na dimensão institucional do Santo Ofício, mas não se pode esquecer que após *Tribunali della*

coscienza Adriano Prosperi publicou *L'eresia del Libro Grande* (2001), uma reconstrução da figura do principal inimigo da Inquisição romana, Giorgio Siculo e sua seita. Na Espanha pós-ditadura (onde, aliás, já se podia contar com a monumental história de Henry Charles Lea), foi natural estudar os perseguidos pelo Tribunal, embora os excessos da estatística - como se passaria em Portugal a partir dos anos 80 - tenham transformado as vítimas em números, criando a falsa ilusão de se poder reduzir a história da repressão inquisitorial a percentagens, ritmos e oscilações. Para o caso português, apesar de alguns trabalhos de grande relevo, ao considerarmos que na Torre do Tombo conservam-se cerca de 40.000 processos, sinceramente não vejo uma verdadeira tradição de estudos sobre os perseguidos, mas uma sociologia das vítimas e seus castigos, que nunca me convenceu. Hoje, quando a atenção ao Tribunal é certamente maior que nos anos 90, tenho esperança que finalmente se possa chegar a uma história de conjunto da Inquisição e suas vítimas, numa reconstrução mais equilibrada.

7M: Em 2010 foi publicada uma importante obra coletiva sobre as inquisições, o *Dizionario storico dell'Inquisizione*, em quatro volumes, que contou com a organização de Adriano Prosperi e a contribuição de diversos historiadores. O senhor foi um deles. Como podemos qualificar a publicação desta obra para os estudos das inquisições?

GM: Visto por dentro, pois fiz parte também da comissão editorial da obra, foi um desafio enorme, que chegou ao fim graças à generosa contribuição de centenas de autores de todo o mundo, mas sobretudo pela presença constante de Adriano Prosperi e John Tedeschi e pelo entusiasmo de Vincenzo Lavenia. Como todas as grandes obras, naturalmente o *Dizionario* também tem limites, faltas e desequilíbrios, que refletem o contexto em que foi produzido. E não há dúvida que se concentra na instituição inquisitorial mais do que nas vítimas, apesar de ter muitas entradas dedicadas aos perseguidos. Acho que é um instrumento de enorme utilidade, porque procura ordenar de forma sistemática o imenso conhecimento sobre a Inquisição que se foi acumulando no passado. Também, no plano da informação bibliográfica, trata-se de uma forte inovação a respeito dos elencos de Emile van der Vekene. De certo modo, o fato de ser uma obra coletiva ajuda na sua circulação, pois ela foi um produto de toda a comunidade científica, não de uma escola. Sem considerar as relevantes novidades contidas em numerosas entradas, que demonstram não estarmos ante um trabalho baseado apenas numa investigação sobre fontes secundárias, dois aspectos parecem-me dignos de ser sublinhados: em primeiro lugar, trata-se da primeira obra com uma visão global da história do Tribunal da Inquisição, pela sua exaustividade quer geográfica, quer, sobretudo, cronológica, sendo particularmente importantes, em minha opinião, as entradas sobre a época contemporânea, que lembram como o Santo Ofício continua a existir, apesar de ter mudado seu nome para Congregação pela Doutrina da Fé; em segundo lugar, a tentativa de se ter entradas específicas para cada Inquisição (medieval, espanhola, romana e portuguesa) relativamente às características institucionais mais importantes, permite não apenas rápidas avaliações comparadas a partir de dados atualizados, mas também funciona como estímulo para novos trabalhos de síntese. É exatamente este o caso da Inquisição portuguesa, com sua tradição de estudos bastante dispersos, o que até agora dificultou a redação de uma sua história geral de 1536 a 1821, tarefa que José Pedro Paiva e eu estamos tentando cumprir exatamente nessas semanas, com um livro que sairá em breve pela Esfera dos Livros. Dificilmente, sem o *Dizionario* à mão, teríamos aceito a proposta da editora.

7M: Em seu livro – objeto da resenha publicada nesta mesma edição – *L'invenzione di un impero: politica e cultura nel mondo portoghese (1450-1600)*, ao discutir o processo de formação do império português, o senhor afirma que “transformar uma aventura colonial em uma empresa de negócios, de fato, não era algo sem consequências” (p. 89). Neste sentido, toca numa importante questão da historiografia brasileira, o *sentido* da empresa colonizadora, ou melhor, *os sentidos da colonização*. Para o senhor, qual foi o lugar dos interesses econômicos nesse processo? E quais seriam os outros interesses em jogo?

GM: Esta é uma pergunta muito complexa, não vou responde-la de forma exaustiva. A frase do meu livro refere-se, sobretudo, à adaptação da cultura política e jurídica à evolução das dinâmicas econômicas e comerciais ao longo da história do império português, com particular atenção ao século XVI. Todavia, ela não implica em uma tese geral. Devo confessar que o clássico debate sobre as causas do expansionismo português, ou as teses que contrapõem um “sentido” a outro, deixaram-me sempre um tanto perplexo. Seria difícil desprezar a centralidade do comércio e dos interesses econômicos nessa história, eles foram claramente presentes desde o início das explorações atlânticas e são abertamente contemplados nas bulas papais, os diplomas que deram uma sanção religiosa às conquistas portuguesas. Na minha investigação, procurei desvendar o conjunto dos elementos que originou a “invenção” da forma imperial portuguesa e como sua interação, mudando ao longo do tempo, influenciou os modos como os portugueses pensaram seu império. Não faz sentido pôr em contraste sistêmico interesses que coexistiam na estratificada sociedade peninsular e que continuaram, de fato, a coexistir no espaço imperial: os jesuítas eram ativos missionários, mas dependendo das ocasiões podiam ser também agentes da coroa, e desempenhavam sempre uma atividade comercial, como demonstrou Dauril Alden no seu livro *The making of an enterprise* (1997). Isso podia repercutir de várias maneiras: por exemplo, não surpreende que, ao comentar uma questão teológica sobre a licitude dos monopólios, um jesuíta pudesse modificar sua posição, ao mudarem o contexto em que atuava e os interesses locais em jogo. Os impérios – e o caso português não é exceção – eram espaços de compensação de interesses em redefinição constante. No contexto colonial, reproduziam-se muitas aspirações e conflitos que distinguiam a sociedade metropolitana, com as diferenças das condições locais, da consistência do poder imperial, das mestiçagens, e das exigências de novos grupos em formação. Também as dinâmicas administrativas eram um fator que criava interesses. O que importa hoje não é estabelecer se a colonização portuguesa fez-se mais para a conversão ou para a exploração de riquezas, pois é óbvio que houve ambos os elementos, ao lado de outros, mas perceber em que medida essas dimensões se sobrepunham, quais eram os canais de comunicação entre elas, e como o contexto colonial produziu, ou moldou de forma diferente, ambições, sentimentos e outros estímulos ao expansionismo português.

7M: Ainda sobre a sua produção historiográfica, ao tomar como objeto de estudo a Inquisição portuguesa, a questão da discriminação acaba por ser abordada direta ou indiretamente. Este foi o tema de um artigo seu publicado recentemente na *Revista Tempo* (nº 30, ano 2011). Nele, o senhor analisa as condições dos ameríndios e dos negros africanos escravizados, concluindo que, no Brasil colonial, “a realidade oficial da segregação foi constantemente negada pelas nuances de cores da pele cada vez mais variadas de seus moradores” (p. 70). Enquanto historiador da religião e da política, como o senhor define o papel da escravidão na formação da sociedade colonial?

GM: A escravidão está no coração do império português. Para além da importância intrínseca deste assunto, a atenção que lhe foi dedicada pela historiografia recente, na qual os estudiosos brasileiros tiveram papel de primeiro plano, permitiu esclarecer definitivamente que a importância

da escravidão não se esgotava na dimensão econômica e no sistema de produção, ao permear uma pluralidade de aspectos sociais e culturais. Deste ponto de vista, acho persuasiva a perspectiva de Hebe Maria Mattos. De fato, se o “trato dos viventes” contribuiu para definir os caracteres do mundo atlântico meridional, isso foi, em primeiro lugar, porque a escravidão tinha um papel fundamental na formação da sociedade colonial. Meu interesse pela escravidão pauta-se, antes de tudo, pela convicção que ela ocupa uma posição central nas teorias do império português, em seus fundamentos jurídicos. Esses últimos remontam às bulas papais da metade do século XV, obtidas para garantir à coroa uma exploração exclusiva do tráfico de escravos africanos para a Europa. Isso só foi possível a partir da concessão de um poder absoluto sobre os não cristãos, um “domínio” sobre os homens, estendido também às terras onde habitavam. Por essa razão, neste âmbito meu diálogo é, sobretudo, com a investigação de Carlos Zeron, que sabe muito mais do que eu. Obviamente, havia ambientes autônomos, mas as condições que identificavam o estatuto dos escravos e o seu tratamento eram uma medida e um limite para definir o quadro normativo da inclusão na sociedade colonial. Trata-se de uma chave de leitura válida para o império na sua globalidade, como revelam alguns debates teológicos entre missionários sobre os escravos chineses na Ásia sul-oriental. Todavia, no caso do Brasil a questão assumiu uma dimensão totalmente inédita. No artigo que publiquei na *Tempo*, procurei mostrar porque não se pode fazer uma história da segregação no mundo ibérico sem levar em conta as distinções sociais existentes também entre os escravos. No entanto, as fontes revelam que, por mais violenta que fosse, nenhuma discriminação oficial foi jamais suficiente para impedir os contatos e relações, também próximas, entre os escravos e o resto da população, como quis sublinhar na frase citada na pergunta. Também esta foi uma das formas com que a escravidão interveio na formação da sociedade colonial.

7M: Neste último ano (2011), o senhor esteve na Universidade Federal Fluminense participando do colóquio internacional *Maquiavel dissimulado*, organizado pela Companhia das Índias. Sua comunicação ressaltou a importância da recepção dos escritos de Maquiavel em Portugal e como as ideias deste autor contribuíram para a formação de um modelo teórico e prático de império no mundo português. Tal abordagem opõe-se à ideia comum de que Portugal estaria fechado ao maquiavelismo, e, por conseguinte, à modernidade. O senhor poderia identificar algumas razões que levaram à construção da imagem daquele país como “antiquado”?

GM: A principal razão tem mesmo a ver com a ambígua noção de modernidade, com que historiadores, em particular os especialistas da Idade Moderna, devem continuamente medir-se. Com suas premissas ligadas a uma ideia unívoca e progressiva da História, esta noção deixou como herança aos historiadores uma distinção bastante artificial e arbitrária entre regiões modernas e antiquadas, geralmente dependente de uma visão teleológica e eurocêntrica. Assim, se não há dúvida que Maquiavel é um autor modernizador, porque representou uma ruptura da tradição e inovou profundamente a cultura política da sua época, a modernidade de um país não se pode julgar a partir da maior circulação, ou menor, dos escritos de Maquiavel. O retrato de Portugal como “antiquado” deriva, de um lado, da distinção – esta sim antiquada – entre uma Europa setentrional projetada no futuro e uma meridional condenada ao atraso. De outro lado, ele foi retomado e amplificado pela retórica oficial da ditadura salazarista, que pela dupla influência do pensamento conservador e católico, veiculou a imagem, conveniente ao regime, de um país fechado nas tradições do passado. Não por acaso, a ideia comum de uma incompatibilidade radical entre Portugal e Maquiavel remonta a estudos escritos no tempo da ditadura, como o clássico livro de Martim de Albuquerque, *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa* (1974), para o qual confluíram os resultados de pesquisas desenvolvidas pelo autor neste

tempo. O dano de operações como esta, feitas mais para desencorajar que para estimular novas pesquisas, foi incalculável. A influência nefasta ainda se percebe. Durante muito tempo, os historiadores simplesmente aceitaram a tese de Albuquerque, sem verificá-la nos textos. Ao contrário, se tivessem mantido o desassossego indispensável aos estudiosos, teriam visto como, de João de Barros em diante, há claros exemplos da precocidade com que os escritos de Maquiavel foram recebidos em Portugal, já nos anos 30 do século XVI, e de como se continuou a ler as obras do secretário florentino também após sua inclusão nos índices dos livros proibidos. Apesar das peculiaridades da cultura portuguesa na Idade Moderna, quem compulsar as fontes sem preconceitos, descobre que nem sempre e necessariamente esta região ibérica situou-se “em atraso” a outros países europeus; e apesar do clima de vigilância e conformismo imposto pela Inquisição na época da Contrarreforma, Portugal só raramente foi separado do resto da Europa e das ideias mais inovadoras e “modernas” postas ali em circulação.